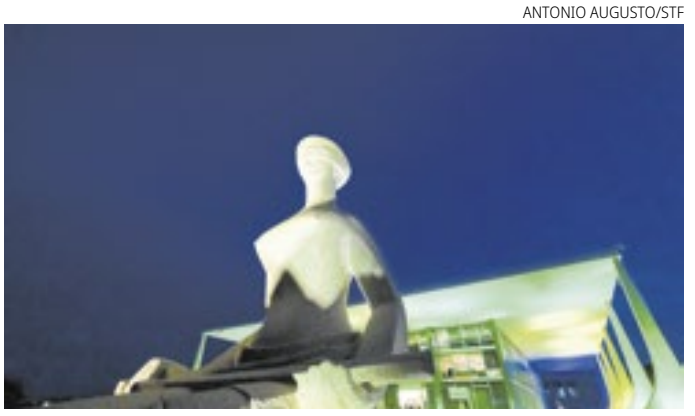
CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

ANTONIO AUGUSTO/STF



Discussão de reforma do Judiciário parece inevitável

Judiciário: reforma profunda ou empurrar com a barriga

O PL se articula para que a deputada Bia Kicis (DF), eleita senadora, seja a principal integrante da oposição nas discussões que deverão acontecer já no início do ano que vem sobre a reforma do Judiciário. A eventual escolha de Bia Kicis já será uma indicação importante sobre os rumos que terão essa reforma. Seu grau de profundidade e sua capacidade ou não de cumprir a ideia que parece estar por trás dela de gerar um apaziguamento que evite as soluções mais radicais, como processos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Não passa pela cabeça de Bia Kicis trocar uma reforma, por mais profunda que seja, pela possibilidade de discutir e vir a aprovar afastamentos de ministros, especialmente Alexandre de Moraes. Desde já, porém, é clara a impressão de que mudanças no Judiciário serão a primeira grande discussão do Congresso em 2027.

Entre a discussão e a mudança

Um dos autores de um livro sobre reforma do Judiciário escrito há 30 anos e editado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o advogado com atuação nas Cortes superiores e analista político Melillo Dinis é cético quanto a uma reforma mais profunda do Judiciário, embora ela hoje seja mais do que necessária. "Não sei se será a principal reforma a acontecer na próxima legislatura. Sei que será a principal pauta da discussão política", avalia ao Correio Político.

MARCELLO CASAL JRAGÊNCIA BRASIL



Bia Kicis pode se escalar para a discussão pela oposição

Principal fator de crise

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva enxergou, ainda no meio da campanha, que não seria possível fugir do tema do Judiciário. A enorme crise entre os poderes foi um dos maiores desgastes que teve que enfrentar. A tentativa da oposição de colar nele Alexandre de Moraes, suas decisões no mínimo controversas e o excesso de poder que conquistou quase lhe custaram a reeleição. Lula entendeu que a mudança do Judiciário se tornou vital. Ou a Suprema Corte seguirá como principal fator de crise do país.

Reeleição ajuda ou atrapalha?

Reeleito, Lula tentará conduzir o início da discussão. Mas é justamente na sua reeleição que reside a maior incógnita. Com ele, elegeu-se o Congresso mais à direita da história. Até que ponto essa direita eleita estará disposta a trocar a chance de impeachment de ministros pela reforma? A reeleição ajuda Lula ou a direita usará a sua força para atrapalhá-lo e manter acesa a crise?

Para os próximos

Um dos problemas é que qualquer mudança sobre mandatos e critérios de escolha só valerá para os próximos ministros. Não poderá retroagir para os atuais. Esses seguirão com mandato vitalício interrompido somente por aposentadoria compulsória aos 75. Com 50 anos, o ministro mais novo da Corte, Cristiano Zanin, ainda terá 25 anos de STF.

Moraes

Outro ponto complicado é que, ao final do mandato de Edson Fachin, quem assumirá a presidência do STF será o controverso Alexandre de Moraes. Ou seja, o maior alvo dos humores da oposição, com todos os poderes que já possui na condução das ações sobre os atos antidemocráticos e o ex-presidente Jair Bolsonaro é o próximo no comando.

Ambiente

Talvez todos esses fatores não venham a produzir o melhor ambiente para uma discussão serena de mudanças para o Judiciário. Especialmente se a oposição enxergar que tais mudanças visarão apenas a empurrar os problemas dos excessos do Judiciário com a barriga. Tudo deverá envolver muito a disposição que terá o Centrão.

Alcolumbre

O Centrão, assim, segue como o grande fiel da balança política. E um de seus principais líderes, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), surge como nome importante da articulação. Mas o que se viu este ano foi Alcolumbre numa posição pendular, ora próximo do governo ora da oposição. Para onde ele penderá caso siga no comando?

Mudanças

De qualquer modo, alguns temas já começam a despontar na pauta como principais mudanças discutidas. Um tempo de mandato para os ministros. Aumento da idade mínima para ser ministro do STF. Redução das decisões monocráticas e mudanças nos critérios de escolha são alguns dos pontos que tudo indica serão discutidos.

Mudanças no Correio

Muito honrado, a partir desta terça-feira passo a ocupar nova função no Correio da Manhã. Caberá a mim fazer a coordenação e integração de todas as seis diferentes edições diárias do jornal. Mais responsabilidade. Com isso, a editoria de Política passa a ser de Tales Faria, que assume o Correio Político. Seguirei no espaço que era dele na página 4.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Fachin tenta conter os ânimos exaltados na Suprema Corte

Fachin começa a devolver ações para apaziguar o Supremo

Presidente da Corte devolve para André Mendonça relatoria do INSS

Por **Gabriela Gallo**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, devolveu ao ministro André Mendonça a relatoria do caso que investiga os desvios de dinheiro de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – que vieram a público graças à Operação Sem Desconto, deflagrada no ano passado pela Polícia Federal (PF).

A decisão foi publicada na noite da última quinta-feira (29) e considerou que não há fatos até o momento que justifiquem a relatoria do caso com a Presidência do Supremo "tendo em vista a ausência, ao menos no presente momento, de elementos concretos e suficientemente individualizados que justifiquem sua manutenção excepcional na Presidência". A decisão foi tomada após manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Já os procedimentos em relação à Operação Compliance Zero, que investiga a grande fraude financeira e um esquema de corrupção política envolvendo o Banco Master e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, permanecerão sob a gestão da Presidência do Tribunal, em caráter excepcional e provisório.

A investigação virou alvo de polêmica e crises internas dentro do próprio STF após investigações da PF apontaram suposto envolvimento de ministros da Suprema Corte nos esquemas de Vorcaro – especialmente Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, mas também são citados os nomes de Gilmar Mendes, Luiz Fux e o próprio André Mendonça.

Segundo Edson Fachin, a manutenção do caso Master com a relatoria da Presidência do STF é limitada ao prazo máximo de 90 dias, contados a partir de 12 de setembro. Contudo, a relatoria da presidência poderá ser reavaliada caso ocorram uma das seguintes situações: a conclusão do julgamento, pelo Plenário do STF; o término do prazo regimental do pedido de vista do ministro Flávio Dino (feito em 15 de setembro); ou a entrega do relatório detalhado solicitado à PF sobre as menções a ministros do STF em investigações ligadas ao Banco Master.

As decisões de Edson Fachin foram uma tentativa de tentar amenizar a crise instaurada devido ao caso do Banco Master, envolvendo principalmente André Mendonça e Alexandre de Moraes.